

TST julga hoje paralisação .....	1
Grevistas bloqueiam rua Caldas Júnior.....	1
TJ mantém suspensão de prazos .....	2
Assembleia vota hoje recriação de 192 CCs.....	2
A reação de Peluso.....	2
Combinação de greves complica pagamentos .....	3
Indústria do polo de Triunfo será duplicada.....	3
TST começa julgamento de dissídio coletivo sobre greve dos Correios .....	4
Braskem realiza manutenção em Triunfo.....	4
Patrões sonogam R\$ 20 bi em hora extra a trabalhador, diz Anamatra.....	4
Servidores do Poder Judiciário reclamam de expediente de oito horas para compensar feriado .....	5
Dilma muda relação com grevistas e irrita sindicatos .....	6
CNJ divulgará na internet processos administrativos contra juízes.....	7
Dilma deve sancionar hoje aviso prévio de até 90 dias.....	7
Sindicato acusa McDonald's de explorar equipe; empresa nega .....	8
Grupos contra a corrupção perdem força nas redes sociais .....	8
Dilma muda relação com grevistas e irrita sindicatos .....	9
Grupo ensina humildade a juízes e promotores .....	10

### **TST julga hoje paralisação**

Ontem em nova reunião, em Brasília, grevistas dos Correios e empresa não chegaram a um acordo. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) marcou para hoje a sessão de julgamento da paralisação dos funcionários dos Correios. Em greve há 27 dias, os servidores e a direção da empresa não chegaram a um acordo sobre o desconto dos dias parados, o percentual de reajuste, o pagamento de abono e o aumento linear para a categoria. De acordo com o relator do processo relativo ao dissídio dos funcionários, ministro Maurício Godinho Delgado, na sexta-feira a direção dos Correios e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) divergiram sobre os termos de uma negociação para o fim da greve. Os funcionários recusaram a proposta de reajuste de 6,87%, abono imediato de R\$ 800,00 e o aumento linear de R\$ 60,00 a partir de janeiro de 2012.

Os termos de um eventual acordo foram votados em assembleias dos 35 sindicatos que integram a federação. Os principais impasses estão no desconto dos dias parados e no valor do abono. Por determinação do TST, a Fentect deve manter em atividade o contingente mínimo de 40% dos empregados em cada unidade operacional da empresa durante a greve. Se a decisão for desobedecida, será cobrada multa de R\$ 50 mil por dia. Em nota, a empresa informou que 80% dos funcionários estão trabalhando em todo o país e que as agências funcionam normalmente. A Fentect contesta a informação.

Em Porto Alegre, os funcionários dos Correios passaram a manhã concentrados em frente ao edifício-sede, localizado na rua Siqueira Campos, e devem fazer o mesmo nesta terça-feira, quando sairão em caminhada com os bancários - que também seguem paralisados.

**CORREIO DO POVO**

### **Grevistas bloqueiam rua Caldas Júnior**

Bancários grevistas estiveram mobilizados ontem em frente ao edifício-sede do Banrisul. Durante o ato, eles bloquearam o tráfego no trecho entre as ruas Sete de Setembro e Siqueira Campos da rua Caldas Júnior, no Centro. O bloqueio causou transtornos ao trânsito e obrigou a EPTC a articular

um desvio para evitar congestionamentos. A greve completou ontem 14 dias e a estimativa é que 8,9 mil agências, que correspondem a 44,5% do total existente no país, estejam paralisadas.

CORREIO DO POVO

### **TJ mantém suspensão de prazos**

Por maioria de votos, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado indeferiu ontem o pedido de reconsideração apresentado pela OAB/RS, com vistas à suspensão dos prazos processuais, à vedação da realização de audiências e julgamentos e da publicação de notas entre os dias 20 de dezembro de 2011 e 20 de janeiro de 2012. Com a decisão, fica mantida a suspensão dos prazos dos processos que tramitam neste período na Justiça Estadual.

CORREIO DO POVO

### **Assembleia vota hoje recriação de 192 CCs**

Piratini não deverá ter problemas para reabrir vagas extintas pela Justiça

Com maioria na Assembleia, o Palácio Piratini não deve enfrentar dificuldades para aprovar hoje os projetos que recriam 192 cargos em comissão – 155 foram julgados inconstitucionais pela Justiça. Pelo menos 23 CCs foram reformulados com salários maiores – em um impacto de R\$ 349 mil ao ano –, segundo o governo. A bancada do PMDB contesta e garante que a repercussão é de R\$ 1,5 milhão.

Para evitar um novo cochilo da base aliada, que neste ano teve dificuldade para garantir a votação do reajuste para o magistério por conta da falta de quórum, a líder do governo Miriam Marroni (PT) faz pressão sobre os parlamentares desde a semana passada.– Não basta ter voto suficiente para aprovar. Temos de ter mais do que o voto, temos de ter todos para dar quórum. Se a oposição tira o quórum... – declarou Miriam.

Segundo a líder do governo, as propostas trancam a pauta da Assembleia a partir de hoje.

No começo do ano, o governo criou 391 cargos – 231 de comissão e 160 efetivos – com um impacto total de R\$ 44 milhões ao ano. O Piratini optou por enviar dois projetos à Assembleia depois que o Tribunal de Justiça considerou que 155 cargos de confiança eram inconstitucionais. Uma nota técnica distribuída em setembro pela Casa Civil informou que o governo estadual optou por readequar 192 cargos alvos de questionamentos na Justiça. Além das 155 funções, o governo decidiu recriar outros 34 cargos contestados pelo DEM. O Piratini ainda considerou que outros três cargos não estavam com “linguagem adequada”.

A Casa Civil argumentou que o “TJ declarou inconstitucionais as funções de assessoria de nível médio, por isso os cargos questionados foram propostos para assessoria de nível superior”. Na mesma nota, a secretaria informa que a “extinção dos cargos inviabilizaria o funcionamento das novas secretarias e estruturas criadas em janeiro”.

Em entrevista a Zero Hora ontem, o governador Tarso Genro reiterou:– Foi uma decisão soberana da Assembleia (a criação dos CCs) e largamente discutida na sociedade. Acredito que a Assembleia vá votar amanhã (hoje) e sanar as omissões apontadas pelo tribunal.

Governo quer votar também reajuste para brigadianos

O governo também tentará colocar em votação o projeto que concede reajuste de R\$ 91 para a Brigada Militar. Na prática, a proposta representa um percentual de aumento de 23,5% para cabos e soldados e de 10,5% a 18,15% para sargentos e tenentes. Segundo o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, o governo protocolou ontem a abertura de 2,8 mil vagas – escalonadas até 2014 – para promoções de soldado para 3º sargento da Brigada Militar. O impacto total dos reajustes e das promoções chegará a R\$ 240 milhões ao ano.

No final de setembro, o governo protocolou outro projeto prevendo a criação de 20 funções gratificadas (FGs) para servidores da Brigada que atuam no Programa de Proteção e Auxílio e Assistência de Testemunhas (Protege). A Casa Civil deve informar o impacto financeiro hoje

ZERO HORA

### **A reação de Peluso**

Em novo episódio da crise que abate o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente Cezar Peluso quer esvaziar o argumento da corregedoria-nacional de que os tribunais não são capazes de investigar e punir os juízes suspeitos de irregularidades. Peluso determinou aos corregedores estaduais que encaminhem para ele todas as informações sobre processos disciplinares contra magistrados que estejam em andamento. Com isso, ele pretende mostrar que o trabalho da corregedoria do CNJ, comandada pela ministra Eliana Calmon, poderia ser secundário.

Peluso se reuniu com vários corregedores, entre eles, Bartolomeu Bueno de Freitas, presidente do Colégio de Corregedores gerais de Tribunais de Justiça (à esquerda na foto). Eliana provocou polêmica ao dizer que o Judiciário tem “bandidos escondidos atrás da toga”.

Zero HORA

### **Combinação de greves complica pagamentos**

Paralisação em bancos e Correios faz consumidor buscar alternativas para obter faturas e quitar contas

Com parcelas de empréstimos vencidas, o porteiro Antônio Franz, 62 anos, não recebeu uma das cobranças, em razão da greve dos Correios. Para pagar o crédito, sem multa, teve de enfrentar ontem uma fila com mais de cem pessoas do lado de fora de uma agência bancária – uma das poucas em funcionamento no Centro da Capital.

A combinação das greves dos bancários, que entra no 15º dia hoje, e dos trabalhadores dos Correios, iniciada há quase um mês, tem exigido tempo e paciência de quem precisa pagar contas ou sacar benefícios. Sem receber correspondências, é preciso correr atrás de segundas vias de boletos, na internet ou em lotéricas.– Tentei imprimir a conta do cartão pela internet, mas não saía o código de barras – disse a estudante Camila Ritta, 22 anos, que teve de se ausentar em um dos empregos para quitar o boleto em uma agência que estava aberta.

Por volta das 15h, mais de cem pessoas formavam uma fila na agência do banco privado, na Rua Coronel Vicente, no Centro, onde foram distribuídas senhas depois das 16h. Na espera, nenhuma preferência para idosos ou gestantes.

Em lotéricas, movimento para apostas fica menor

Conforme a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul, 899 unidades bancárias gaúchas haviam aderido à greve – quase 70%.– Faço todos os pagamentos na boca do caixa, prefiro assim. Mas desta vez não teve jeito – contou o aposentado Jorge Ademar da Silva, 66 anos, que recebeu a ajuda de uma estagiária para efetuar os pagamentos no caixa eletrônico.

As lotéricas também são alternativas para pagamentos, saques ou recebimentos de benefícios.

Ontem, foi um dos dias com maior movimento nas 708 lotéricas do Estado.– As pessoas acabam deixando de apostar para não ter de entrar em filas – diz Paulo Michelon, presidente do Sindicato dos Agentes Lotéricos do Rio Grande do Sul.

ZERO HORA

### **Indústria do polo de Triunfo será duplicada**

Até o final do ano, a Petrobras deverá concluir os estudos para duplicar a Innova, indústria do polo de Triunfo. O objetivo, conforme o diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, é incluir o projeto no plano de negócios 2012-2016, que deve ser aprovado no início do próximo ano.

Embora ainda sem orçamento, o projeto foi aprovado em análise preliminar, por combinar disponibilidade de matéria-prima e mercado para os produtos derivados de uma das resinas produzidas na empresa, o estireno. Por estimativas de mercado, o investimento necessário para a duplicação pretendida pela Petrobras estaria ao redor de US\$ 100 milhões.– Queremos dobrar a capacidade de 250 mil toneladas ao ano para 500 mil toneladas ao ano – anunciou Costa ontem, depois de apresentar aos gaúchos as iniciativas da estatal em sua área no Estado.

Em abril passado, a Petrobras comprou de sua subsidiária argentina a participação que faltava para ficar com 100% da Innova, por US\$ 332 milhões. O processo é semelhante ao que ocorreu com a

Refap no fim do ano passado, quando a estatal também absorveu a totalidade da empresa para desbloquear um investimento de R\$ 1,6 bilhão na refinaria de Canoas. Falando a empresários na Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Costa incentivou investimentos no fornecimento à estatal, que para o período 2011-2015 deve aplicar no Estado US\$ 2,1 bilhões.– Os gaúchos não devem pensar apenas em fornecer para a Petrobras no Rio Grande do Sul, mas no Brasil e, quiçá, no mundo – disse o executivo.

Para que serve

- O estireno é a matéria-prima do produto conhecido como isopor, mas também serve como insumo da indústria química. A resina final é o poliestireno, usado para fazer grades de ar-condicionado, peças de máquinas e de automóveis, gavetas de geladeira, brinquedos e isolantes térmicos.

ZERO HORA

### **TST começa julgamento de dissídio coletivo sobre greve dos Correios**

Tribunal tentou uma conciliação antes da audiência, mas não houve acordo

Começou na tarde desta terça a audiência para julgar o dissídio coletivo dos trabalhadores dos Correios, que estão em greve há 28 dias. O processo será relatado pelo ministro Maurício Godinho Delgado. Antes do julgamento do dissídio, o Tribunal Superior do trabalho (TST) tentou uma conciliação entre as partes por três vezes, mas não foi possível chegar a um acordo. Ontem, em reunião à noite no TST, os grevistas mantiveram a decisão de não aceitar os termos da proposta apresentada pelo tribunal.

Os funcionários recusaram a proposta de reajuste linear de 6,87% do salário e dos benefícios, o abono imediato de R\$ 800 e aumento real de R\$ 60 a partir de janeiro de 2012. A principal divergência é em torno do desconto dos dias parados.

A proposta da empresa é descontar seis dias em 12 parcelas a partir do próximo ano e os demais dias de greve seriam compensados com trabalho extra nos fins de semana e feriados. A proposta não foi aceita pelos servidores, que querem a compensação de todos os dias de greve sem desconto de salário.

Segundo o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, o julgamento do dissídio coletivo poderá trazer prejuízos à categoria, pois a jurisprudência que o tribunal tem sobre a matéria indica o desconto de todos os dias de paralisação.

Greve não é férias

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, disse nesta terça-feira que não considera “errada” a greve dos Correios, mas destacou que os grevistas precisam entender que o não recebimento pelos dias parados é algo a ser considerado antes de se optar pela paralisação. “Greve não é férias. Quando você decide fazer greve assume também a consequência de não receber ou de ter de repor isso de alguma maneira”, afirmou.

CORREIO DO POVO

### **Braskem realiza manutenção em Triunfo**

O gerente de Relações Institucionais da Braskem, João Rui Freire, esteve na redação do Jornal do Comércio na última sexta-feira (7) para comentar a operação de manutenção que a empresa colocará em prática a partir do dia 16 de outubro, no Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul. A unidade fará uma parada de manutenção, a segunda da sua história de funcionamento, visando elevar a eficiência e a tecnologia do processamento de subprodutos da nafta. A planta 2 da Braskem, que tem capacidade para processar 450 mil toneladas de eteno por ano, terá atividades reduzidas até o dia 25 de novembro. A partir do dia 31 de outubro, a unidade será paralisada totalmente. Segundo Freire, a manutenção renderá ganhos como a redução da emissão de poluentes e do uso de energia e água, condições que resultam em menor custo de processamento.

JORNAL DO COMERCIO

### **Patrões sonegam R\$ 20 bi em hora extra a trabalhador, diz Anamatra**

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho diz que brasileiro cumpre jornada superior a 44 horas semanais e não recebe o devido. Segundo auditor-fiscal, sobrecarga mata três ao mês. Sindicalistas exigem que Congresso reduza jornada e que governo imponha ponto eletrônico às firmas. Ministério do Trabalho deu prazo para ponto ser adotado a partir de janeiro.

Najla Passos

BRASÍLIA – Os trabalhadores brasileiros deixam de receber por ano R\$ 20 bilhões em hora extra sonegada pelos empregadores. O principal motivo, segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), seria a manipulação dos registros da jornada pelas empresas. “O brasileiro trabalha muito mais do que 44 horas semanais e nem recebe por isso”, disse o desembargador Luiz Alberto de Vargas, diretor da entidade.

A implementação de ponto eletrônico nas empresas, para registrar a hora de entrada e saída dos funcionários, ajudaria a coibir a sonegação. Centrais sindicais e ministério do Trabalho tentam há tempos impor essa obrigação às empresas, por meio de uma portaria do próprio ministério. Mas entidades patronais têm resistido, e o governo acaba recuando. A previsão hoje é que entre em vigor em janeiro.

“O ponto é solução para a questão das horas extras dos trabalhadores, por garantir proteção ao trabalhador e segurança jurídica às empresas”, diz a secretária de Inspeção do Trabalho do ministério, Vera Albuquerque.

O não pagamento de hora extra subtrai dinheiro não apenas dos trabalhadores, mas do cofres públicos também, já que uma parte da remuneração vai para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). “Esse dinheiro poderia estar financiando a construção de casas populares”, diz o auditor fiscal do Trabalho Vandrei Barreto de Cerqueira.

Ele acrescenta um dado ainda mais dramático decorrente de uma jornada de trabalho longa, além da não remuneração. Três brasileiros morrem em média por mês, graças a sobrecarga. “Nos últimos cinco anos, tivemos 430 acidentes de trabalho causados por sobrejornada, dos quais 167 foram fatais”, afirmou.

As centrais sindicais têm pressionado o Congresso a votar a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas. Dominado por empresários - 45% dos parlamentares são empresários, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) -, o Congresso tem ignorado apelo.

A adoção do ponto eletrônico assunto foi discutida nesta segunda-feira (10) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no debate, Paulo Rolim disse que o setor não está preparado para arcar com os custos do ponto eletrônico (cerca de R\$1,2 mil por unidade).

CARTA CAPITAL

### **Servidores do Poder Judiciário reclamam de expediente de oito horas para compensar feriado**

O presidente da ASTAJ - Associação dos Técnicos, Analistas e Auxiliares Judiciários da Paraíba, José Ivonaldo, está enviando ofício ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando modificação do ato que determinou o prolongamento do expediente dos servidores do Poder Judiciário em mais uma hora, durante sete dias consecutivos, para compensar as horas do feriado de primeiro de novembro, que será ponto facultativo. “Nós estamos requerendo que seja modificada a forma de compensação, utilizando-se, para tanto, o expediente da sexta-feira, tantas vezes quantas sejam necessárias para repor as horas não trabalhadas”, explica o presidente da Astaj.

“Em que pese o acerto de se determinar o ponto facultativo em dias isolados que permeiam feriados, proporcionando racionalização e economia. Mas, estender o expediente por uma hora, ao longo de vários dias, causa sérios transtornos ao servidor. De fato, o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à instituição, nestes dias, de uma jornada de oito horas ininterruptas de trabalho, o que inegavelmente é demasiado para qualquer ser humano”, argumenta o presidente da Astaj.

José Ivonaldo destaca que nesse ponto, é importante notar que a jornada de trabalho, no regime

celetista, pode alcançar estas mesmas oito horas, mas contempla um intervalo intrajornada de duas horas. “E, embora se reconheça a distinção legal entre os regimes (celetista e estatutário), não se pode desprezar que submetidos a ambos estão os mesmos seres humanos”, destaca.

Por outro lado, de acordo com Ivonaldo, a medida impõe drásticas alterações na rotina dos servidores que, pessoas comuns que são, têm uma vida além do trabalho, o que implica em uma rotina com filhos para buscar e deixar na escola, compromissos médicos – incluindo de pais idosos e similares.

“Assim, o que se percebe é que as medidas, como estão postas, causam muito mais prejuízos ao servidor do que o benefício proporcionado por um dia a mais de descanso. Todavia, é importante que fique claro, os servidores não se opõem ao ponto facultativo e, muito menos, à compensação do horário. Eles são conscientes da economia proporcionada pelo encerramento dos serviços em dias que atípicos como os aqui tratados, bem assim da sua responsabilidade em repor as horas não trabalhadas. Buscam apenas que isto não signifique extremado sacrifício”, esclareceu Ivonaldo

**PARAÍBA AGORA**

### **Dilma muda relação com grevistas e irrita sindicatos**

Corte de ponto, prática rara sob Lula, é usado para frear novas paralisações

Presidente determina firmeza na negociação; policiais, servidores do Judiciário e petroleiros podem cruzar os braços

O governo da presidente Dilma Rousseff endureceu a política de greves e irritou o mundo sindical. A necessidade de ajuste fiscal e o receio de uma escalada inflacionária levaram o Executivo a atacar o “bolso dos grevistas” com corte de ponto -prática raramente vista na gestão Lula, segundo centrais sindicais.

O objetivo é desencorajar paralisações que se anunciam em outras áreas cruciais, como policiais, servidores do Judiciário e petroleiros, que negociam nesta semana diretamente com a Petrobras e com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral).

Para diversas entidades sindicais, Dilma joga mais duro que Lula. “Por isso queremos demovê-la dessa política de UFC”, diz o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, referindo-se à famosa liga de vale-tudo.

Da Europa, Dilma orientou sua equipe na semana passada a adotar posição firme na greve dos bancários, em curso desde 27 de setembro. O Ministério da Fazenda e os bancos privados resistem a um reajuste real (acima da inflação) próximo a 5%.

Com uma greve desde 14 de setembro, o caso dos Correios tornou-se emblemático. A empresa anunciou corte do ponto dos funcionários parados. Mesmo expediente adotado na Eletrobras neste ano.

O Ministério do Planejamento diz que os cortes atuais não são novidade: embora a maior parte das greves anteriores terminassem em acordos para repor dias parados, houve casos de descontos, como o de auditor fiscal.

Para o Planalto, a conjuntura econômica é restritiva a reajustes neste momento.

O ritmo menor de crescimento neste ano e o temor de contaminação doméstica da crise internacional justificam, aos olhos de alguns setores do governo, postura mais severa. Uma conta recente reforçou a tese: o IPCA dos últimos 12 meses fechou em 7,31% em setembro.

“Se você vê uma tempestade se formar no céu, não pode sair à rua de bermuda e camiseta. Tem que ter um guarda-chuva”, afirma o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, ex-chefe do Planejamento. “O quadro hoje é diferente de 2007, quando aumentamos os salários de muitas categorias.”

A ordem de Dilma é puxar o freio de mão nas despesas correntes agora e manter a despesa controlada também em 2012. De volta da Europa, ela deve hoje discutir o assunto greve na reunião de coordenação do governo.

Com Guido Mantega (Fazenda), tratará especificamente da paralisação dos bancários. Ela determinou ainda que cada ministro atue em sua área específica na busca de soluções que acabem ou evitem paralisações.

“É uma bobagem essa história [de momento delicado]. Estamos num momento bom para greves. Há resultados muito positivos na economia”, discorda Artur Henrique, presidente da CUT.

O Ministério do Planejamento é o principal alvo de queixa nos sindicatos. A pasta nega atitude diferente e cita frase de Lula: “Greve é guerra, não férias”. Só que o ex-presidente sempre flexibilizava: trocava descontos por reposição de dias parados.

Ao menos nos Correios, a orientação é manter os cortes. “É inaceitável abonar tantos dias parados”, diz Wagner Pinheiro, presidente da empresa. Essa linha de ação reforçou o movimento de grupos sindicais que, nos bastidores, ajudaram a circular o “volta, Lula”, tese abafada pelo próprio ex-presidente.

Agora MS

### **CNJ divulgará na internet processos administrativos contra juízes**

Depois do conflito instalado no Judiciário sobre o papel correicional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do órgão, Cezar Peluso, decidiu escancarar o trabalho das corregedorias locais. A partir de agora, o monitoramento do andamento dos processos administrativos contra juízes não será mais atribuição exclusiva da corregedoria-geral, mas também da presidência do CNJ.

A ideia é que até a população atue como fiscal, já que os dados também serão disponibilizados no site do órgão dentro de 15 dias. A assessoria de Peluso ainda não informou como esses dados serão disponibilizados, nem se haverá restrições à divulgação dos nomes de juízes investigados. A alteração no procedimento foi divulgada nesta segunda-feira por Peluso após reunião com 15 corregedores dos 27 tribunais do País, na sede do CNJ.

Segundo a assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), Corte presidida por Peluso, a intenção é dar mais transparência ao trabalho de fiscalização realizado pelos tribunais nos Estados. Os dados serão atualizados mensalmente. A corregedoria-geral é ocupada atualmente pela ministra Eliana Calmon, que provocou polêmica ao dizer que o Judiciário tem “bandidos escondidos atrás da toga”. Ela fez a declaração quando se aproximava o julgamento, no STF, de uma ação em que a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tentava limitar o poder correicional do CNJ. Para a AMB, o CNJ só pode punir depois que as corregedorias locais já tiverem atuado.

O CNJ reagiu às declarações da corregedora com uma nota de repúdio lida por Peluso e, a partir de então, o presidente do órgão vem sendo acusado de corporativismo. Em entrevistas recentes, Peluso defendeu-se dizendo que não pretende deixar juízes criminosos impunes. Seu objetivo seria apenas não deixar o CNJ carregado de processos e as corregedorias locais inoperantes. Peluso defendeu, ainda, que o CNJ deve focar sua ação no acompanhamento das falhas das corregedorias locais e não em problemas que envolvessem juízes caso a caso.

De acordo com o STF, os corregedores solicitaram a audiência com Peluso para declarar apoio incondicional às ações do CNJ. “Os juízes demonstraram com dados que têm atendido a todas as determinações da corregedoria nacional quando lhes são encaminhadas denúncias e que os prazos fixados são rigorosamente observados pelas corregedorias dos estados”, disse Peluso após o encontro.

TERRA

### **Dilma deve sancionar hoje aviso prévio de até 90 dias**

A presidente Dilma Rousseff deve sancionar hoje a lei que concede aviso prévio de até 90 dias, direito proporcional ao tempo de trabalho. Atualmente, os trabalhadores têm direito a 30 dias.

A reportagem é de Natuza Nery e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 11-10-2011.

O prazo para a sanção presidencial vence na quinta-feira. Segundo a Folha apurou, não havia ontem nenhum indicativo de veto à medida na Casa Civil. A palavra final, porém, cabe à presidente.

Para integrantes do Planalto, não faz sentido vetar a extensão dos dias uma vez que até mesmo o STF já se mostrou favorável à mudança.

A proposta foi aprovada em setembro pela Câmara, após mais de duas décadas tramitando no Congresso.

A nova lei determina que seja mantido o prazo atual de 30 dias de aviso prévio, com o acréscimo de três dias por ano trabalhado, até o limite de 90 dias (60 mais os 30 atuais). A regra vale tanto para o empregado demitido quanto para aquele que pedir demissão.

O texto da lei diz que a medida não é retroativa, entrando em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial da União", o que ocorrerá até dia 13 deste mês.

Hoje, as empresas pagam o aviso prévio mínimo definido na Constituição.

Sindicatos afirmaram que a regra desestimulará demissões e reduzirá a rotatividade de trabalhadores em uma empresa. Já entidades ligadas ao setor patronal enxergam ao menos um efeito colateral: o risco de crescimento da informalidade diante de normas mais rígidas para a empresa.

A Firjan estima que o pagamento de aviso prévio terá um custo adicional próximo a R\$ 1,9 bilhão ao ano, considerando dados de 2010.

### **Sindicato acusa McDonald's de explorar equipe; empresa nega**

O Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região (Sinthoresp) acusou a rede de comida rápida McDonald's de explorar os funcionários fazendo-os ficar à disposição da empresa sem receber por isso, segundo informações da Agência Senado divulgadas nesta segunda-feira. Durante audiência realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, o Sinthoresp apresentou vídeo que mostra uma funcionária que declara que o salário médio para os atendentes varia de R\$ 380 a R\$ 400. No mesmo vídeo um ex-funcionário afirma que o maior salário que recebeu da empresa foi de R\$ 230. Segundo o sindicato, nos momentos de menor movimento em suas unidades, a rede faz com que parte de seus empregados permaneça em uma "sala de descanso", onde eles ficam à disposição do empregador.

Em nota enviada à imprensa, o McDonald's afirma que realiza o pagamento de todas as horas em que o funcionário está à disposição no restaurante, desde o momento em que chega até o que sai e que a empresa foi uma das primeiras a adotar o ponto eletrônico biométrico no País, que registra todo o período trabalhado.

A empresa afirma ainda que paga o piso salarial determinado por todos os sindicatos que representam a categoria em cada cidade onde atua, que é sempre igual ou maior que o salário mínimo para o caso de quem cumpre a jornada integral de 44 horas semanais e que paga o piso pelo valor da hora trabalhada determinado pelos sindicatos que representam a categoria nos casos em que os funcionários optam por uma jornada flexível, de modo a poder conciliar o tempo de trabalho com o de estudos.

"A empresa informa que apurará qualquer caso que fuja à sua política aqui externada e que qualquer episódio pontual deve ser tomado como exceção e não como a política corporativa da empresa. A companhia possui um compromisso em cumprir rigorosamente a legislação trabalhista e segue o que é previsto e reconhecido por lei", diz a nota.

TERRA

### **Grupos contra a corrupção perdem força nas redes sociais**

Grupos que se organizaram pelo Facebook planejam para o feriado em 12 de outubro novas manifestações anticorrupção em 11 Estados.

Os protestos, porém, devem ser menores que os vistos no Sete de Setembro.

A reportagem é de Daniel Roncaglia e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 10-10-2011.

Naquele, mais de 130 mil pessoas confirmaram presença no site. Agora, o número caiu para cerca de 40 mil.

Fora da internet, as manifestações de setembro tiveram baixa adesão, com exceção de Brasília, que reuniu cerca de 12 mil pessoas, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Em São Paulo, 1.200 pessoas foram à avenida Paulista. À Cinelândia, no Rio, foram cerca de 50 pessoas. Os grupos, que desta vez se uniram na organização dos atos, se dizem apartidários. Com ataques à classe política em geral, eles têm como bandeiras o fim das votações secretas no Congresso, a validação da Lei da Ficha Limpa e a transformação da corrupção em crime hediondo.

Para Lucas Lhamas, do Anonymous, o principal é a união dos grupos. "A questão do número de pessoas é um tanto relativa", disse.

Rodrigo Montezuma, do Brasil contra Corrupção, afirma que, se uma das reivindicações for atendida, o saldo das manifestações já é positivo. "Mas, não tenho perspectiva de a gente continuar fazendo protesto todo mês."

Já Ligya Fernandez, do grupo Caras Pintadas, acredita que o movimento está mais fortalecido. "As pessoas estão participando mais."

### **Dilma muda relação com grevistas e irrita sindicatos**

O governo da presidente Dilma Rousseff endureceu a política de greves e irritou o mundo sindical. A necessidade de ajuste fiscal e o receio de uma escalada inflacionária levaram o Executivo a atacar o "bolso dos grevistas" com corte de ponto - prática raramente vista na gestão Lula, segundo centrais sindicais.

A reportagem é de Natuza Nery e Renato Machado e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 10-10-2011.

O objetivo é desencorajar paralisações que se anunciam em outras áreas cruciais, como policiais, servidores do Judiciário e petroleiros, que negociam nesta semana diretamente com a Petrobras e com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral).

Para diversas entidades sindicais, Dilma joga mais duro que Lula. "Por isso queremos demovê-la dessa política de UFC", diz o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, referindo-se à famosa liga de vale-tudo.

Da Europa, Dilma orientou sua equipe na semana passada a adotar posição firme na greve dos bancários, em curso desde 27 de setembro. O Ministério da Fazenda e os bancos privados resistem a um reajuste real (acima da inflação) próximo a 5%.

Com uma greve desde 14 de setembro, o caso dos Correios tornou-se emblemático. A empresa anunciou corte do ponto dos funcionários parados. Mesmo expediente adotado na Eletrobras neste ano.

O Ministério do Planejamento diz que os cortes atuais não são novidade: embora a maior parte das greves anteriores terminassem em acordos para repor dias parados, houve casos de descontos, como o de auditor fiscal.

Para o Planalto, a conjuntura econômica é restritiva a reajustes neste momento.

O ritmo menor de crescimento neste ano e o temor de contaminação doméstica da crise internacional justificam, aos olhos de alguns setores do governo, postura mais severa. Uma conta recente reforçou a tese: o IPCA dos últimos 12 meses fechou em 7,31% em setembro.

"Se você vê uma tempestade se formar no céu, não pode sair à rua de bermuda e camiseta. Tem que ter um guarda-chuva", afirma o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, ex-chefe do Planejamento. "O quadro hoje é diferente de 2007, quando aumentamos os salários de muitas categorias."

A ordem de Dilma é puxar o freio de mão nas despesas correntes agora e manter a despesa controlada também em 2012. De volta da Europa, ela deve hoje discutir o assunto greve na reunião de coordenação do governo.

Com Guido Mantega (Fazenda), tratará especificamente da paralisação dos bancários. Ela determinou ainda que cada ministro atue em sua área específica na busca de soluções que acabem ou evitem paralisações.

"É uma bobagem essa história [de momento delicado]. Estamos num momento bom para greves. Há resultados muito positivos na economia", discorda Artur Henrique, presidente da CUT.

O Ministério do Planejamento é o principal alvo de queixa nos sindicatos. A pasta nega atitude diferente e cita frase de Lula: "Greve é guerra, não férias". Só que o ex-presidente sempre flexibilizava: trocava descontos por reposição de dias parados.

Ao menos nos Correios, a orientação é manter os cortes. "É inaceitável abonar tantos dias parados", diz Wagner Pinheiro, presidente da empresa. Essa linha de ação reforçou o movimento de grupos

sindicais que, nos bastidores, ajudaram a circular o "volta, Lula", tese abafada pelo próprio ex-presidente.

### **Grupo ensina humildade a juizes e promotores**

\* Um magistrado do Rio processa o condomínio onde mora para ser chamado de "doutor" pelo porteiro.

\* Outro, de Franca (SP) manda prender um policial de trânsito que lhe repreende por falar ao celular no volante.

\* Um procurador de São Paulo ameaça prender uma aluna que questiona seus métodos de ensino na aula.

\* Um desembargador do RS só recebe advogados no curto espaço de tempo que disponibiliza pouco antes das sessões (único dia da semana em que ele vai à corte).

\* Um juiz do trabalho paranaense recusa fazer audiências quando o reclamante usa chinelos e a testemunha se apresenta trajando bermuda.

Comportamentos como esses envolvendo autoridades brasileiras são mais comuns do que se imagina. Tornaram-se, inclusive, alvo de um trabalho de uma associação dirigida por juizes, promotores e advogados espíritas.

"Esse é um dos problemas crônicos do sistema de Justiça brasileiro. Há um problema comportamental que envolve vaidade e prepotência", afirma o promotor Tiago Essado, presidente da Associação Jurídico-Espírita do Estado de São Paulo.

Desde 2009, a associação vem promovendo palestras e videoaulas para tentar ensinar aos colegas (atuais e futuros) como lidar com seus cargos tão poderosos sem ser absorvidos por eles.

A tarefa não é simples. Especialistas dizem que a sensação de poder chega a provocar prazer, pela endorfina, em algumas pessoas.

O promotor estima que cerca de cem juizes e promotores já tiveram a aula "O Exercício da Autoridade com Humildade".

A entidade, que também defende o uso de cartas psicografadas em processos judiciais, tem mais de 400 associados.

As palestras presenciais são gratuitas, marcadas de tempo em tempo. A videoaula é vendida pelo saite [www.ajesaopaulo.com.br](http://www.ajesaopaulo.com.br).

O DVD custa R\$ 15 (para sócio) e R\$ 25 (para não sócio).

O maior público é de alunos de Direito. A associação visita universidades levando a mensagem e estima ter atingido cerca de mil estudantes pelo país. Para especialistas, esse é o melhor público para ser abordado.

Segundo a Folha de S. Paulo - edição de ontem (9) - em matéria assinada pelo jornalista Rogério Pagnan, um dos principais palestrantes é o juiz Donizete Aparecido Pinheiro da Silveira, 55, de Marília. Na videoaula, o magistrado aconselha que a humildade seja treinada. "Mesmo que em um primeiro momento a humildade pareça falsa, é preciso insistir. Precisa ser desenvolvida."

Entre as dicas, o magistrado fala da efemeridade das pessoas diante de suas funções e da diferença do ser e do estar das profissões.

"A autoridade precisa saber que está juiz, e não é juiz. O mandato se perde", afirma.

O magistrado pode até resistir em deixar o cargo, explica, mas esse dia vai chegar mais cedo ou mais tarde. "Quando completa 70 anos, ele entrega a toga, coloca pijamas e vai para casa", completa o magistrado.

O magistrado Donizete também argumenta que as autoridades não têm o poder que elas acreditam ter. "A força é da lei, que as autoridades precisam respeitar" - conclui.

\* "Julgar traz sensação de poder", diz psicóloga - Para Liliana Seger, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de SP, a função de julgar o destino das pessoas traz aos juizes uma sensação muito grande de poder.

\* "Extrapolar não é comum", afirma procurador-geral - Para Fernando Grella, procurador-geral de

Justiça de São Paulo, "os casos de autoridades que extrapolam os limites de seus cargos não são comuns".